



JOÃO COSTA DUARTE

Corretor de Seguros
da Costa Duarte

joao.costaduarte@costaduarte.pt

É preocupante que, ao nível das habitações, a taxa de cobertura de fenómenos sísmicos seja inferior a 20%

AS CATÁSTROFES NATURAIS

Num artigo que escrevi em abril de 2008 neste jornal sobre este mesmo tema, referia-me à tendência crescente da frequência e da gravidade dos sinistros de catástrofes naturais, um pouco por todo o mundo.

Passados quatro anos, esta tendência consolidou-se e, de acordo com uma recente publicação da Swiss Re¹, os números são assustadores, se tivermos em conta que as catástrofes naturais em diferentes latitudes foram responsáveis pela morte de cerca de 570 000 pessoas e que representam mais 220 mil milhões de dólares de prejuízos seguros.

Na origem destes números estiveram, entre outros, os seguintes eventos:

- Os terremotos do Haiti (2010) e em Sichuan, na China (2008), bem como as tempestades no Golfo de Bengala, em Myanmar (2008), que vitimaram cerca de 450 000 pessoas;
- Os terremotos em Fukushima, no Japão (2011), na Nova Zelândia (2011) e no Chile (2010), o furacão Ike, no Golfo do México (2008) e as inundações na Tailândia (2011), que representaram mais de 80 biliões de dólares de prejuízos seguros.

Não deixa ainda de ser significativo o facto de 2011 representar, para o setor segurador, o segundo maior ano em termos de sinistros provocados por catástrofes naturais, apenas atrás de 2005 e do “top ten” dos maiores sinistros registar quatro eventos ocorridos entre 2008 e 2011.

Os sinistros de catástrofes naturais representam cerca de 78% dos prejuízos seguros entre 1970 e 2011, por contrapartida de 22% dos prejuízos seguros causados pela intervenção humana, onde se inclui o ataque terrorista de setembro 2001, classificado como o quarto maior sinistro desde que há registos.

Apesar da conjuntura económica adversa e do aumento da frequência e gravidade da sinistralidade, é importante registar a robustez revelada pela indústria seguradora, ao nível mundial, cujo papel tem sido determinante para garantir aos segurados os meios financeiros necessários para promover a reconstrução e reposição dos bens sinistrados por tão devastadores eventos.

O CASO PORTUGUÊS

Portugal não está imune a estes eventos, sendo que, dentro das catástrofes naturais, o risco de fenómenos sísmicos é aquele que causa maior preocupação pelo potencial destrutivo, em especial, devido a uma proporção significativa de edifícios mais antigos, ainda que com níveis de risco distintos entre as várias regiões.

Perante esta exposição, é preocupante que ao nível das habitações a taxa de cobertura de fenómenos sísmicos seja inferior a 20% e que no seguro Automóvel nem sempre seja contratada a cobertura facultativa de fenómenos da natureza.

Para além do risco sísmico, importa ter presente o flagelo dos incêndios florestais que periodicamente tem devastado a floresta portuguesa e, mais recentemente, a tempestade que atingiu a ilha da Madeira, que foi considerada uma das 50 maiores catástrofes naturais ocorridas em 2010 em todo o mundo, tendo vitimado 43 pessoas e tendo o mercado de seguros suportado indemnizações superiores a 135 milhões de euros².

Por força da minha atividade profissional, acompanhei de perto o sinistro da Madeira e pude testemunhar que, de uma forma geral, os seguradores responderam a este evento com o empenho esperado, alocando recursos extraordinários para permitir uma regularização tão rápida quanto possível dos prejuízos reclamados.

É este o comportamento que se espera dos seguradores de, no momento do sinistro, não se refugiarem em expedientes para recusar o sinistro, mas encontrar uma única razão para o indemnizarem.

O sucesso de uma regularização equitativa de um sinistro implica ainda que o segurado, com o apoio do seu corretor, declare inicialmente, com exatidão, todas as circunstâncias para a apreciação do risco pelo segurador e proceda regularmente às alterações que se revelem necessárias, de modo a minimizar os problemas que inevitavelmente um sinistro sempre provoca.

¹ Fonte: “Swiss Re, sigma nº 2/2012”

² Fonte: APS Associação Portuguesa de Seguradores